



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 5

Atena
Editora

Ano 2019



Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

5

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 5 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-306-4

DOI 10.22533/at.ed.064190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 5” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE DO PEDAGOGO: AÇÕES ARTICULADAS AO PIBID PEDAGOGIA-UEL	
Viviane Aparecida Bernardes de Arruda Ana Claudia Fernandes Lopes Emily Francisco Leandro Anilde Tombolato Tavares da Silva Marta Silene Ferreira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0641903041	
CAPÍTULO 2	10
CONSIDERAÇÕES SOBRE RELEVÂNCIA AVALIATIVA E REFORMA NA EDUCAÇÃO A PARTIR DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO	
Thiago Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0641903042	
CAPÍTULO 3	21
CONSTRUÇÃO DA DOCENCIA DESAFIOS E OPORTUNIDADES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS - MARANHÃO	
Tyciana Vasconcelos Batalha Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira Waléria Lindoso Dantas Assis	
DOI 10.22533/at.ed.0641903043	
CAPÍTULO 4	30
CONTEXTUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA MODALIDADE EJA NA E.E.E.F.M. JOÃO CAETANO NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB	
Pedro Nogueira da Silva Neto Polyana de Brito Januário Hevelyne Figueiredo Pereira Adrielen Moraes Corti Marluce Pereira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0641903044	
CAPÍTULO 5	36
CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UMA REVISÃO	
Nathalia da Silva Santos Clarissa Maria Dubeux Lopes Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0641903045	
CAPÍTULO 6	43
CONTRIBUIÇÕES DE MICHAEL POLANYI PARA A EDUCAÇÃO	
Silmara Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0641903046	

CAPÍTULO 7	54
CORRELAÇÃO DE DESPESAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS COMO INDICADORA DE MODELOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Altieres Frances Silva Marcio Colombo Fenille	
DOI 10.22533/at.ed.0641903047	
CAPÍTULO 8	75
CORRIDA DE ORIENTAÇÃO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA TRANSDISCIPLINAR DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO	
Lívia dos Reis Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.0641903048	
CAPÍTULO 9	88
CORTESIA VERBAL E DIÁLOGO NA RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNOS: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CLIMA RELACIONAL SIGNIFICATIVO PARA A APRENDIZAGEM	
Giovanna Wrubel João Arthur de Araújo Thayanne Lima da Silva Aluma Drieli Fatareli	
DOI 10.22533/at.ed.0641903049	
CAPÍTULO 10	100
CROMOSSOMOS RECICLADOS E CONSTRUCT 2: UMA PROPOSTA ARTICULADA E INTERATIVA PARA A APRENDIZAGEM DE CONCEITOS BÁSICOS DE GENÉTICA	
Walter Barbosa Ferreira Darlene Camati Persuhn	
DOI 10.22533/at.ed.06419030410	
CAPÍTULO 11	108
CULTIVO DE PLANTAS NAS ESCOLAS COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Danielle Feijó de Moura Dayane de Melo Barros Marllyn Marques da Silva Silvio Assis de Oliveira Ferreira Márcia Maria da Silva Claudinelly Yara Braz dos Santos Maurília Palmeira da Costa Maria das Graças Rodrigues da Silva Tamiris Alves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.06419030411	
CAPÍTULO 12	113
CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS - POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE UM GRUPO DE ESTUDOS	
Adriano Aparecido Cerqueira Ingrid Selegrin Keitelin Monique Teixeira Sergio Henrique Gerelus	
DOI 10.22533/at.ed.06419030412	

CAPÍTULO 13	123
CURRÍCULO E SEUS PRESSUPOSTOS: ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL	
Mônica Angélica Barbosa de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.06419030413	
CAPÍTULO 14	133
CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES NA MODALIDADE EAD: O TRABALHO DO CEAD DO IFFAR <i>CAMPUS</i> SANTA ROSA E DOS POLOS EAD	
Franciele Meinerz Forigo Graciele Hilda Welter Morgani Mumbach	
DOI 10.22533/at.ed.06419030414	
CAPÍTULO 15	143
DA FÍSICA À PRÁTICA EM CONJUNTO MUSICAL: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES ENTRE O ENSINO DA ACÚSTICA E A EDUCAÇÃO MUSICAL NA EJA	
Renan Luís Balzan Elisa da Silva e Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.06419030415	
CAPÍTULO 16	155
DA PRÁTICA AO RESULTADO: A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DO OLHAR DO PROFESSOR	
Sílvio César Lopes Silva Cássia de Sousa Silva Nunes José Robson Nunes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.06419030416	
CAPÍTULO 17	164
DE PROFESSORAS A DIRETORAS: FORMAÇÃO DOCENTE E CULTURA ESCOLAR NOS ANOS 1910 A 1933	
Mariane Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06419030417	
CAPÍTULO 18	177
DEFICIÊNCIA VISUAL: A INCLUSÃO DO ATENDIMENTO NA ESCOLA REGULAR DE ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE DOS ALUNOS	
Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simone Ferreira Conforto Geísa Pinto Pereira Iransy Gomes Barros	
DOI 10.22533/at.ed.06419030418	
CAPÍTULO 19	189
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR	
Cleoneide Moura Nascimento Sônia Ronilda de Sales Dutra Faruk Maracajá Napy Charara	
DOI 10.22533/at.ed.06419030419	

CAPÍTULO 20	200
DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA FACILITADORA PARA OTIMIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOBRE CROMOSSOMOS	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.06419030420	
CAPÍTULO 21	207
DESENVOLVIMENTO DE UMA CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO NO FORMATO DE APLICATIVO MÓVEL E SUA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA AUXÍLIO NO ENSINO DE BOTÂNICA SISTEMÁTICA	
Joilson Viana Alves	
DOI 10.22533/at.ed.06419030421	
CAPÍTULO 22	213
DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE OBJETOS PEDAGÓGICOS PARA SUPORTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Saul Eliahú Mizrahi	
Gil Fernandes da Cunha Brito	
Janete Rocha Cícero	
Gabriel Schonwandt Mendes Ferreira	
Felipe Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.06419030422	
CAPÍTULO 23	224
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO POSSIBILITAR A MUDANÇA EDUCACIONAL?	
Letícia dos Santos Carvalho	
Thays Suelen de Moraes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.06419030423	
CAPÍTULO 24	234
<i>DESIGN FOR ASSISTIVE TECHNOLOGY</i> APLICADO NO ESTUDO DE CASO DE ESTRUTURAÇÃO DE AMBIENTE COM ACESSIBILIDADE	
Maria Lucia Miyake Okumura	
Osiris Canciglieri Junior	
DOI 10.22533/at.ed.06419030424	
CAPÍTULO 25	247
DEVELOPMENT AND APPLICATION OF PEDAGOGICAL TOOL FOR OPTIMIZATION OF KNOWLEDGE ABOUT PHYSIOPATHOLOGIES INVOLVING ENERGY METABOLISM	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
Marcos Vinícios Ferreira de Sá	
Danylo Manoel do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.06419030425	

CAPÍTULO 26	257
DEZ ANOS DO SAEPE: O QUE DIZEM OS RESULTADOS EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO, EM MATEMÁTICA, DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ MARIANO?	
Tiago Lopes de Araújo Lucas Lopes de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.06419030426	
CAPÍTULO 27	268
DIFICULDADE NA LEITURA E NA ESCRITA: INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PSICOMOTOR	
Maria Robevânia das Virgens Luis Antonio Ayala Silvera	
DOI 10.22533/at.ed.06419030427	
CAPÍTULO 28	280
DISCIPLINA DE GAME-BASED LEARNING NO MESTRADO EM ENSINO NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE	
Gabriela Eyng Possolli Patricia Maria Forte Rauli	
DOI 10.22533/at.ed.06419030428	
CAPÍTULO 29	299
DISCUTINDO A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNESP BAURU	
Ana Beatriz Momesso Franco Thaís Cristina Rodrigues Tezani	
DOI 10.22533/at.ed.06419030429	
CAPÍTULO 30	311
DISTINÇÃO ENTRE A GEOMETRIA PLANA E A GEOMETRIA ESPACIAL ATRAVÉS DE ATIVIDADES BASEADAS EM SITUAÇÕES DO COTIDIANO DO ALUNO	
José Edivam Braz Santana	
DOI 10.22533/at.ed.06419030430	
CAPÍTULO 31	320
DIVERSIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL: DESVELANDO OS EFEITOS DE SENTIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS	
Demóstenes Dantas Vieira Antônio Soares Júnior da Silva Efraim de Alcântara Matos	
DOI 10.22533/at.ed.06419030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	330

CONSIDERAÇÕES SOBRE RELEVÂNCIA AVALIATIVA E REFORMA NA EDUCAÇÃO A PARTIR DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO¹

Thiago Soares de Oliveira

Instituto Federal Fluminense, Licenciatura em Letras / Especialização em Literatura, Memória Cultural e Sociedade / Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)
Campos dos Goytacazes – RJ

RESUMO: Este trabalho objetiva a reflexão crítica acerca da importância do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tanto para a avaliação da qualidade geral do ensino médio quanto para o ingresso nas instituições de ensino superior. Para isso, parte-se do pressuposto de que o ENEM é capaz de agir de formas diversas: ajustando o currículo, o que, por sua vez, resultaria na modificação da estruturação do próprio exame, e construindo uma prática educativa coerente por meio dos subsídios que pode oferecer às possibilidades de reforma educacional. Dessa forma, em razão da fonte de dados a que se recorre, adota-se a pesquisa bibliográfica como metodologia capaz de dar conta do objetivo proposto. Ao fim, conclui-se que o ENEM apresenta-se como instrumento hábil a fornecer subsídios para uma possível reforma educacional, devido às características

próprias que inclusive o distinguem do vestibular tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Reforma Educacional. ENEM.

ABSTRACT: This study aims to critical reflection about the importance of Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) both for evaluating the overall quality of secondary education as for admission into higher education institutions. For this, it is normally assumed that the ENEM is able to act in several ways: by adjusting the curriculum, which, in turn, result in the examination own structure modification, and building a coherent educational practice through subsidies that can offer opportunities for education reform. Thus, due to the data source to which it refers, is adopted the bibliographical research as a methodology capable of accounting for the proposed objective. In the end, it is concluded that the ENEM presents itself as an effective instrument to provide support for a possible educational reform, due to the characteristics that distinguish including the traditional entrance exam.

KEYWORDS: Education. Educational reform. ENEM.

¹ A primeira versão deste trabalho foi publicada na Revista Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 278-288, jul.-dez. 2016, sob o título “O ENEM: breves considerações sobre importância avaliativa e reforma educacional”.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre educação abordam diversos temas, entre eles a ampla questão da avaliação institucional, donde o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) emerge como um dos principais instrumentos capazes de mensurar a qualidade geral do ensino médio e, desde 2009, de propiciar ao estudante o ingresso na maioria dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior.

A Portaria 438/1998, que instituiu o ENEM, é clara quanto à intenção de se avaliar o aluno e já demonstrava expressamente, mas de forma embrionária, a intenção de oportunizar o ingresso do aluno em nível superior ao médio, sendo estas as duas vertentes sobre as quais recai a reflexão proposta neste trabalho. A obra de renomados autores como Luckesi (2008), Perrenoud (2003), Hoffmann (2013) e Zabala (1998) alinhavam as noções gerais a respeito dos temas “educação” e “avaliação”. Tais estudiosos, em articulação com outros como Franco e Bonamino (2001) e Andriola (2011), os quais tratam especificamente sobre os aspectos do ENEM, possibilitam a construção da base teórica para que se atinja o objetivo aqui traçado, qual seja o de promover uma reflexão crítica acerca da importância do ENEM tanto para a avaliação da qualidade geral do ensino médio quanto para o ingresso nas instituições de ensino superior.

Nesse rumo, não se pretende uma simples revisão de literatura, mas uma reflexão crítica a respeito de um assunto assaz relevante e evidentemente atual. Com esse intuito, a parte analítica do trabalho foi dividida em duas: uma que se relaciona à importância do ENEM como avaliação da qualidade geral do ensino médio; outra, ao exame como o principal meio de acesso aos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, à exceção das mantiveram processos seletivos próprios. De qualquer forma, esse duplo foco a partir do qual o trabalho é construído está enviesado pela possibilidade aqui defendida de que o ENEM é capaz de fornecer aos sistemas educativos os subsídios necessários a uma necessária reforma educacional, mais especificamente curricular.

Sendo assim, este trabalho objetiva, em geral, a reflexão crítica acerca da importância do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um duplo viés, ou seja, tanto para a avaliação da qualidade geral do ensino médio quanto para o ingresso nas instituições de ensino superior. Tudo a fim de defender que o exame é capaz de fornecer os subsídios necessários à necessária reforma educacional no que se refere ao currículo do ensino médio, não tencionando, contudo, exaurir o assunto. Por isso, preserva-se o rigor teórico e fundamentam-se as análises com base em autores da grande área da Educação, além de estudiosos do ENEM como tema específico.

Por fim, para dar conta do objetivo proposto, adota-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, uma vez que a reflexão proposta parte de material já publicado, como livros e artigos de periódicos, por exemplo, ou seja, em razão da própria fonte de dados utilizada, conforme entende Tozoni-Reis (2010). Do ponto de vista da natureza e

da abordagem, trata-se de pesquisa básica de caráter qualitativo, pois “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (KAUARK, MANHÃES e MEDEIROS, 2010, p. 26).

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE RELEVÂNCIA AVALIATIVA PARA A QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

Criado em 1998 com a finalidade de avaliar o aluno ao fim da educação básica, buscando, assim, contribuir para a melhoria da qualidade nesse nível de escolaridade, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) consolidou ainda mais sua importância quando, a partir de 2009, passou a ser considerado o principal meio para o ingresso no ensino superior no Brasil, à exceção das universidades e instituições que mantiveram processo seletivo próprio.

Quando foi instituído pela Portaria nº 438/1998, o ENEM pretendia a avaliação do desenvolvimento do aluno, com base em quatro objetivos distintos relacionados: a) à autoavaliação do cidadão para fins de continuidade dos estudos e sua inserção no mercado de trabalho; b) à criação de referência de caráter nacional para os estudantes egressos das modalidades do ensino médio; c) fornecer às modalidades do ensino superior os subsídios necessários e, por fim, d) servir de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios (BRASIL, 1998).

Como se observa, o ENEM foi criado não só para avaliar o desenvolvimento discente, mas também para permitir o acesso aos cursos profissionalizantes que exigiam o nível médio como pré-requisito, o que evidenciava, de certa forma, o caráter de oportunizar que o aluno alcançasse um nível educacional acima do que possuía inicialmente, tudo isso bem antes de se consolidar como meio de ingresso no nível superior de ensino. Isso significa, na verdade, que o ENEM subsidiava “a obtenção de resultados satisfatórios” (LUCKESI, 2008, p. 165), na medida em que fornecia tanto ao aluno (autoavaliação) como à instituição elementos necessários para a continuidade dos estudos. Vale ressaltar que, para a Portaria 438/1998, esses estudos estavam claramente relacionados aos cursos profissionalizantes pós-médios, mas já se mencionavam as instituições de ensino superior.

A alusão às instituições de ensino superior ocorre mais precisamente no parágrafo 2º da Portaria 438/1998, quando se define que o exame “avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental e médio, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 178). Ao mencionar a importância do exame para a vida acadêmica, o ato administrativo que instituiu o ENEM pressupõe o entendimento de que a avaliação de fato deve “assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem” (LUCKESI, 2008, p. 166). Obviamente, a avaliação a que se refere

este trabalho é a de nível institucional, que se configura em uma iniciativa de avaliar a qualidade da educação no Brasil, e não a aplicada em sala de aula.

Sobre essas iniciativas, Franco e Bonamino (2001, p. 18) explicam, especificamente em relação ao ENEM, que, apesar de ser difícil apresentar uma avaliação mais precisa no âmbito da educação brasileira, esse exame “tem buscado estreitar as relações com as iniciativas voltadas para a reforma do Ensino Médio no Brasil”. Isso significa que a relação entre o ENEM e a educação é uma questão de políticas públicas, uma vez que se pretende por um meio avaliativo aferir o conhecimento adquirido pelo aluno durante a vida escolar, baseando-se em competências e habilidades associadas aos conteúdos desses ciclos. Sobre isso, os autores ainda acrescentam que

A utilização dos resultados do ENEM em processos seletivos para o ensino superior é um dado relevante na medida em que avaliações que pretendam catalisar reformas precisam ter presença expressiva no cotidiano do nível de ensino alvo de propostas de reforma (FRANCO e BONAMINO, 2001, p. 18).

Em outras palavras, se é o ensino médio o nível-alvo das reformas pretendidas, a educação voltada para o ENEM deve estar presente nesse ciclo educativo, uma vez que, ao preparar o aluno para o exame, o sistema educativo viabiliza que, futuramente, os resultados acerca da qualidade geral do ensino médio sejam positivos e crescentes. Ocorre que, caso entendidas dicotomicamente, educação e avaliação podem não interagir em benefício dos indivíduos envolvidos. Por isso, Hoffmann (2013, p. 22) assevera que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”.

Partindo do pressuposto de que o ensino desempenha uma função social, necessariamente uma avaliação como o ENEM ocupa lugar cativo em relação a todos os esforços que têm sido impendidos para a valorização da educação, já que, segundo Zabala (1998, p. 27), “a função fundamental que a sociedade atribuiu à educação tem sido a de selecionar os melhores em relação à sua capacidade para seguir a carreira universitária ou para obter qualquer outro título de prestígio reconhecido”.

Com efeito, o valor formativo discente tem sido subvalorizado se relacionado aos resultados obtidos na avaliação, sendo esta um medidor imperfeito do conhecimento adquirido. Nesse sentido, tem-se entendido que

O que tem justificado a maioria dos esforços educacionais e a valorização de determinadas aprendizagens acima de outras tem sido a potencialidade que lhes é atribuída para alcançar certos objetivos propedêuticos, quer dizer, determinados por seu valor a longo prazo e quanto a uma capacitação profissional, subvalorando, desse modo, o valor formativo do processo que os meninos e meninas seguem ao longo da escolarização (ZABALA, 1998, p. 27).

Nesse diapasão, é preciso ressaltar que, dado o desnível entre as escolas brasileiras, formular e executar políticas públicas específicas para que seja aferido o

desempenho discente durante os anos da formação escolar é tarefa assaz dificultosa. Não obstante, o ENEM, por seu caráter abrangente, capaz de abarcar e avaliar alunos de escolas particulares e públicas, federais, estaduais ou municipais, fornece subsídios de valor à tessitura de políticas voltadas para a educação de nível médio, possibilitando, inclusive, que se aproxime ou se atinja a posição defendida por Perrenoud (2003, p. 26), segundo a qual “os sistemas educacionais fariam melhor se esclarecessem seus objetivos de formação e se colocassem a avaliação de acordo com seus objetivos, e não o inverso”.

Dessa forma, servindo como aferidor da qualidade do ensino médio, o ENEM emerge como instrumento por meio do qual podem ser pensados os novos objetivos de formação discente na escola, inclusive com “a missão de fomentar a reforma do ensino médio” (FRANCO e BONAMINO, 2001, p. 20). Aliás, essa missão, com efeito, pode ser analisada sob uma dupla perspectiva, visto que “os grandes propósitos estabelecidos nos objetivos educacionais são imprescindíveis e também úteis para realizar a análise global do processo educacional ao longo de [...] todo um ciclo ou etapa” (ZABALA, 1998, p. 29).

Assim, a primeira perspectiva a partir da qual se pode pensar uma reforma do ensino médio com base nos resultados oferecidos pelo ENEM refere-se à possibilidade de que estes sirvam de “alavanca” para uma mudança educacional motivada, reformulando o segundo segmento do ensino básico a partir da realidade discente e ajustando os currículos a fim de que correspondam à função social que, segundo Zabala (1998), deve ser uma finalidade do sistema educativo.

A segunda perspectiva, por sua vez, inverte-se em favor do ENEM logo que definidos novos objetivos de formação discente na escola. Em outras palavras, o ENEM, após fomentar uma reforma no nível médio, estaria também submetido a uma reforma em sua própria estrutura com o objetivo de fixação de uma avaliação institucional que corresponda aos novos objetivos traçados. Desse modo, a mudança alavancada pelo ENEM atuaria em favor do ensino médio e em favor de si mesmo.

Muito embora haja evidência de que o componente de avaliação da política educacional tenha mantido interações e articulações com os demais aspectos da política educacional, é inegável que, no caso do ensino médio, a avaliação deslançou à frente da política. Por isso, é provável que haja ajustes importantes a serem feitos entre a avaliação e a reforma do ensino médio, com implicações que podem repercutir no próprio desenvolvimento do ENEM (FRANCO e BONAMINO, 2001, p. 20).

De qualquer forma, o ENEM figura como uma possibilidade clara para a melhoria da prática educativa não só porque fornece um aporte avaliativo que mensura, por meio de dados quantitativos, o que tem sido aprendido e apreendido pelos alunos, como também coadjuva para a reestruturação da prática docente. Aliás, segundo Zabala (1998), a melhoria da atividade profissional passa pela análise da prática docente

em contraste com outras práticas, embora isso não seja, de per si, suficiente para o aperfeiçoamento da prática educativa. Assim, “necessitamos de critérios que nos permitam realizar uma avaliação racional e fundamentada” (ZABALA, 1998, p. 14).

Embora não se possa afirmar com veemência que os dados obtidos a partir dos resultados do ENEM são o bastante para a reestruturação da prática educativa, pode-se, a rigor, entender que o exame é instrumento hábil no que concerne às possibilidades de construção de uma prática mais coerente, já que “cada disciplina [...] constitui um campo de excelência” (PERRENOUD, 2003, p. 29). Logo, é possível ao professor identificar tanto os campos disciplinares em que os alunos se desenvolvem melhor quanto os que lhes são problemáticos.

Obviamente, não se podem adotar perspectivas reducionistas com o fito de resolver a questão da avaliação da qualidade geral do ensino médio. Na verdade, o ENEM não comporta uma proposta restrita e, se o fizesse, penalizaria os alunos criando “hierarquias de excelência”, expressão de Perrenoud (2003). Ao revés, essa avaliação dá provas de que, ao se valer da contextualização e da interdisciplinaridade, valoriza o conhecimento prévio do aluno sem desconsiderar, todavia, o conhecimento transmitido no ambiente da sala de aula, motivo pelo qual passou a ser adotado, em 2009, como meio de ingresso nos cursos superiores da maioria das instituições públicas e privadas.

3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA AVALIATIVA PARA O INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A utilização do ENEM como forma de ingresso nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior é prática bastante recente e, assim como o fato de tal exame pretender avaliar a qualidade geral do ensino médio, representa uma tentativa de reforma educacional partindo dos resultados da avaliação desse ciclo de ensino, o que demonstra que o ENEM é muito mais que uma mera avaliação institucional.

De acordo com Franco e Bonamino (2001, p. 20), “as atenções do MEC concentraram-se inicialmente no ensino fundamental, só voltando-se para as questões do ensino médio mais recentemente”, demonstrando uma evolução nas pretensões de reforma educacional, na medida em que o produto da avaliação do ENEM deve representar mais do que simples estatística vazia, sendo, na verdade, um meio de comprovar que o indivíduo está apto à ocupação de novos espaços criados por uma sociedade mais exigente.

Emerge, desse modo, a necessidade de que o ENEM forneça, como avaliação produtora de resultados representativos da qualidade do ensino médio, subsídios que permitam à universidade “cumprir o papel de formar este novo indivíduo para este novo mundo, baseando as suas ações de formação no desenvolvimento de novas

competências para a vida social e para o mundo do trabalho” (ANDRIOLA, 2011, p. 107). Essa percepção se coaduna com o entendimento de que

O grau de aquisição de conhecimentos e de competências deve ser avaliado por alguém, e esse julgamento deve ser sustentado por uma instituição para tornar-se mais do que uma simples apreciação subjetiva e para fundar decisões de seleção de orientação ou de certificação (PERRENOUD, 2003, p. 25).

Com efeito, uma avaliação como o ENEM não deve estar atrelada a uma perspectiva classificatória e burocrática e, se assim o estiver, “persegue-se um princípio claro de descontinuidade, de segmentação, de parcelarização do conhecimento” (HOFFMAN, 2013, p. 25), o que de fato não se pretende. Por isso, defende-se o ENEM sob as duas perspectivas apontadas no item anterior, relativas à mudança que o exame pode proporcionar em relação aos objetivos educacionais e ao impacto que isso causa no modo como ele próprio é organizado e proposto. Sintetiza-se assim a estrutura do ENEM a partir do ano de 2009:

É composto por testes de rendimento (provas) em quatro áreas do conhecimento humano, a saber: a) linguagens, códigos e suas tecnologias (incluindo redação); b) ciências humanas e suas tecnologias; c) ciências da natureza e suas tecnologias; e d) matemática e suas tecnologias. Cada grupo de testes será composto por 45 itens de múltipla escolha, aplicados em dois dias, constituindo, assim, um conjunto de 180 itens. A redação deverá ser feita em língua portuguesa e estruturada na forma de texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural e política (ANDRIOLA, 2011, p. 115).

Inicialmente, já se nota uma discrepância quanto ao número de questões do novo modelo, adotado a partir de 2009, se comparado ao antigo, que era composto por 63 questões interdisciplinares, “sem articulação direta com os conteúdos ministrados no ensino médio, e sem a possibilidade de comparação das notas dos alunos, de um ano para outro” (ANDRIOLA, 2011, p. 115). Diferentemente, “o novo ENEM permite a comparação dos desempenhos dos candidatos ao longo do tempo, possibilitando, assim, a organização de séries históricas de rico valor educacional” (*op. cit.*).

A questão da utilização do ENEM como meio de entrada no ensino superior, ao que parece, trouxe “à tona temas importantes para a renovação e re-significação do ensino médio, em especial aqueles associados à tentativa de superação do caráter insular das disciplinas escolares” (FRANCO e BONAMINO, 2001, p. 20) após a reformulação do exame, ocorrida em 2009. Aliás, em relação ao antigo ENEM, são apontados, de forma breve, problemas importantes, que merecem, por isso, registro. São eles:

a) na articulação de habilidades com conteúdos, há não apenas tendências progressistas, mas também tendências regressistas, como as que articulam o

papel da literatura com a identificação de movimentos literários; b) a listagem das habilidades e, por decorrência, a ênfase da prova privilegia o ensino de ciências, em detrimento dos temas sociais; c) a consolidação do ENEM como uma referência nacional para acesso ao ensino superior e ao ensino pós-médio concentraria de maneira inusitada no país a influência da avaliação no ensino médio, o que parece problemático a julgar-se pela influência negativa que as avaliações de acesso ao ensino superior centralizadas ao nível regional tiveram na década de 70 e na década de 80 (FRANCO e BONAMINO, 2001, p. 20).

Considerando que a obra de Franco e Bonamino foi publicada em 2001, subentende-se que assertiva acima não tenha levado em conta a matriz curricular de referência para o ENEM, publicada em 2009 (como anexo da Portaria 109/2009) e mantida nos exames dos cinco anos seguintes. Segundo essa matriz, o exame se divide em cinco eixos cognitivos comuns a todas as áreas do conhecimento, sendo eles relacionados ao domínio da linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentação e elaboração de propostas (BRASIL, 2009). Além do mais, são apontados os objetos de conhecimento associados à matriz de cada área do conhecimento, descrevendo de forma bastante ampla e abrangente as pretensões para o ENEM, o que, de certa forma, denota propósitos bem delimitados no que refere ao conteúdo da prova.

A despeito das críticas tecidas por Franco e Bonamino (2001), Andriola (2011), em trabalho recente, defende a utilização do novo ENEM como forma de seleção unificada em razão da democratização das oportunidades de acesso às vagas e da possibilidade de indução a uma reestruturação dos currículos do ensino médio, apontado doze motivos favoráveis à adoção do ENEM pelas Instituições Federais de Ensino Superior. Em resumo, alguns dos principais motivos apresentados por Andriola (2011) se relacionam: ao fato de as universidades buscarem responder às novas demandas da educação; de o ENEM ser um modelo de seleção adaptado às exigências de uma nova sociedade; de as respostas às questões da prova não dependerem unicamente do conhecimento formal, permitindo ao candidato interpretar e deduzir; de o exame induzir a adoção de uma proposta pedagógica mais centrada no desenvolvimento de competências de relevância para o cidadão, entre outros.

Por certo, os motivos apresentados por Andriola (2011) são relevantes e fornecem subsídios inclusive para as críticas ao vestibular tradicional. Segundo Vasconcelos (2005, p. 214), “o vestibular representa, hoje, concretamente, um enorme desafio no campo do sistema de ensino, posto que há uma profunda interferência nas práticas pedagógicas nos anos que o antecedem”, visto que, além da preocupação de cumprir o programa estipulado no currículo, há também a responsabilidade de preparar o aluno para o exame, o que se torna um argumento que justifica as práticas classificatórias da avaliação.

Como se sabe, algumas instituições mantiveram seus processos seletivos para ingresso no nível superior, mas, se comparado à abrangência do ENEM, esse número se apresenta reduzido. De qualquer forma, no ponto que se refere à preparação para o

vestibular, digo, vestibular tradicional, presume-se que não ocorrem grandes mudanças, especialmente em relação à necessidade dar ao aluno condições de concorrer a uma vaga na universidade. Entretanto, diferentemente do vestibular tradicional, o ENEM não se resume à cobrança de conteúdos livrescos, mesclando-os, na verdade, a situações-problema que envolvem o cotidiano, em franca adaptação às necessidades da sociedade do século XXI. Sobre essa nova sociedade, é importante destacar que,

Para os indivíduos que a compõem (os cidadãos) se lhes exige fazer uso racional, inteligente, criativo e inovador das informações e conhecimentos resultantes dos rápidos avanços científicos, do desenvolvimento tecnológico e da produção artística e intelectual (ANDRIOLA, 2011, p. 116).

Dessa forma, fixa-se a relevância da preparação discente para o enfrentamento dos desafios da vida, sendo que “a melhor preparação, com certeza, não é o ‘treinamento’, o condicionamento, a seleção precoce, mas a formação integral do aluno, pois assim estará muito mais apto para qualquer situação da vida e não apenas para o vestibular” (VASCONCELOS, 2005, p. 215). Isso não significa, todavia, que o ENEM não exija conhecimentos que demandem preparação discente; ao revés, por se tratar de um exame que representa a possibilidade de ingresso no nível superior, o aprendizado para o ENEM deve ser tratado com seriedade, na medida necessária ao sucesso do aluno. Vale ressaltar que o termo “sucesso” é aqui utilizado de forma geral, visto que não é objetivo deste trabalho a discussão acerca nem do sucesso escolar nem do fracasso.

Por fim, é preciso ressaltar que existem diversos pontos de vista a respeito tanto da utilização do ENEM para avaliação qualidade geral do ensino médio quanto para o ingresso nas instituições de ensino superior. Por esse motivo, não se intenta esgotar as possibilidades reflexivas sobre as quais o assunto pode ser debatido, mas discutir e ponderar acerca da importância do ENEM para o sistema educativo a partir das duas principais propostas do exame.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das considerações tecidas anteriormente, já se nota que o ENEM extrapola o simples rótulo da avaliação institucional, não só porque pode ser um dos instrumentos hábeis ao fornecimento de subsídios necessários à reforma educacional do ensino médio, mas também porque, ao se valer da contextualização e da interdisciplinaridade, reconhece a importância de se avaliar o conhecimento prévio discente. Isso não significa, contudo, que o exame não deve ser aperfeiçoado ainda mais; pelo contrário, um exame institucional lapidado pode fornecer com maior precisão os elementos para que seja possível estreitar as relações de reforma que vêm sendo apregoadas há tanto tempo.

Por ser uma iniciativa deveras recente em termos de avaliação institucional, o ENEM não pode, obviamente, receber todo o crédito tampouco críticas excessivas ao seu mecanismo avaliativo. Aliás, o trabalho de Andriola (2011) elenca inúmeros motivos que certamente justificam a importância do exame no século XXI, a despeito de qualquer crítica. Na verdade, o que se pretende ressaltar é que o ENEM é um real coadjuvante no processo de reestruturação da prática educativa, fornecendo ao professor informações sobre a necessidade discente muito além da sala de aula. Com essas informações, o professor pode adequar suas aulas, ressignificando e reinventando sua prática de modo que condiga tanto com a realidade discente quanto com os resultados que demonstram as deficiências em determinadas área do conhecimento.

Com isso, torna-se mais consistente qualquer tentativa de reforma, que deve partir do professor e do sistema educacional, já que, em consonância, ambos podem preparar o aluno para ocupar os novos espaços em uma sociedade exigente, apesar de esse ser um assunto que envolve primordialmente políticas públicas voltadas para a área da educação. De qualquer maneira, o ENEM, ao avaliar competências em vez de informações puramente livrescas, acaba por estimular o raciocínio e a interpretação, itens essenciais para o mercado de trabalho, além de possibilitar ao estudante a continuidade dos estudos por meio do acesso ao ensino superior. Por isso, quanto mais aprimorado for o exame, tanto mais serão os resultados obtidos a partir dessa avaliação institucional, que deve servir a todos: aos professores, para que revejam suas práticas educativas; aos alunos, para que monitorem seu desempenho; ao sistema educativo, para que se organize de acordo com as necessidades latentes; aos responsáveis por políticas públicas de qualidade, para que tenham no exame um colaborador para a mudança da realidade educacional.

Por fim, seja como avaliação da qualidade geral do ensino médio, seja como meio de acesso ao ensino superior, a importância do ENEM está cristalizada, mas, como qualquer coadjuvante do processo de reforma educacional, merece atenção permanente a fim de que os resultados obtidos sejam de fato reflexo da realidade. Caso contrário, os parâmetros utilizados para uma suposta mudança, que não começa nem termina na avaliação do ENEM, serão frágeis e pouco colaborarão para uma verdadeira reforma educacional.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas instituições de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 107-126, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n70/v19n70a07.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf.

Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Portaria MEC nº 109, de 27 de maio de 2009. Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

FRANCO, C. & BONAMINO, A. Iniciativas recentes de avaliação da qualidade da educação no Brasil. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio - uma perspectiva construtivista**. 43. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: <http://www.pgcl.uenf.br/2013/download/livrode metodologia da pesquisa 2010.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, T. S. O ENEM: breves considerações sobre importância avaliativa e reforma educacional. **Revista Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 278-288, jul.-dez. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/viewFile/23995/15379>. Acesso em: 10 dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2016.2.23995>.

PERRENOUD, P. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo. **Cadernos de Pesquisa**, nº 119, p. 9-27, julho/2003.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da Pesquisa**. 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

VASCONCELOS, C. dos S. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - Por uma práxis transformadora**. 7. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-306-4

